

DO MODERNO AO PÓS-MODERNO: AVANÇO OU RETROCESSO?

Humberto de Oliveira Santos Júnior*

Introdução

Este escrito tem como principal atividade a análise sobre a flexibilidade da economia e do trabalho no estabelecimento da sociabilidade humana no período pós-moderno. Seu objetivo é identificar a dicotomia entre moderno e pós-moderno, ao longo do processo dito civilizatório, mediante a forma utilizada do trabalho pelo homem no modo de produção fordista-keynesiano e na acumulação flexível, tão marcante no período neoliberal, na busca de acúmulo de riquezas, bem como as mudanças de paradigmas existentes na transição do considerado moderno para o pós-moderno, que terão maior atenção. Apresentaremos uma pesquisa de teor bibliográfico, a partir de uma perspectiva marxista de análise da realidade, utilizando a obra de David Harvey (*Condição Pós-Moderna* – 1996), P. Nikitin (*Fundamentos de Economia Política* – 1967), Karl Marx (*O Capital* – 1890), Thomas Gounet (*Fordismo e Toyotismo na Civilização do Automóvel* – 1999) entre outras.

Daremos início à Era da Modernidade até adentrarmos o pós-moderno, sem a pretensão de definir nenhum desses paradigmas, mas sempre buscando elementos na história que possam se caracterizar como influências relevantes à elaboração da sociabilidade humana, inerentes a cada uma delas, seja na arte, na ciência, na política ou na economia. É importante, no entanto, levarmos em consideração o fato de que a história não ocorre de forma linear e homogênea e que algumas manifestações a serem menci-

* Mestrando em Educação Brasileira; pesquisador do Laboratório de Estudos do Trabalho e Qualificação Profissional – LABOR/UFC; bolsista da FUNCAP.

onadas, em determinados locais, nem ao menos existiram no restante do Planeta. Por isso, adotaremos a concepção ocidental, sobretudo as experiências norte-americana e européia, por possuírem etapas relevantes à reflexão proposta. Abordaremos, todavia, também a experiência japonesa, uma vez que esta, em virtude do esgotamento do modelo fordista de produção, passa a exercer influência no Ocidente.

Modernismo

Quando somos indagados a respeito do entendimento do que é Modernismo, é comum o associarmos a um conjunto de mudanças em que seu resultado se apresente como algo determinantemente novo. Este fato pode ser facilmente explicado, pois, para algo ser considerado moderno, tem que negar o próprio passado para que, a partir daí, ele possa ser modificado, reestruturado e recriado como algo diferente. Para Harvey (1996), negar o passado para os modernistas é simplesmente considerar algo como efêmero e fugidio, tornando-o apto a uma possível intervenção humana, no intuito de transformá-lo em completo e eterno, seja mediante as artes, a política, a economia ou qualquer outra forma de manifestação e organização social. A essa característica moderna de mudar sem o menor constrangimento as coisas, sem ao menos levar em consideração a sua história, comenta Harvey:

Se a preservação de todo sentido de continuidade histórica vida moderna está de fato tão permeada pelo sentido fugidio, do efêmero, do fragmentário e do contingente, há algumas profundas conseqüências. Para começar, a modernidade não pode respeitar sequer o seu próprio passado, para não falar do de qualquer ordem social pré-moderna. A transitoriedade das coisas dificulta. Se há algum sentido na história, há que descobrir-lo e defini-lo a partir de dentro do turbilhão da mudança, um turbilhão que afeta tanto os termos da discussão como o que está sendo discutido. (1996, p. 23).

Embora o Modernismo possua características que possibilitam ver nas coisas elementos susceptíveis à transformação, essa capacidade, por si só, não seria suficiente para reconhecer nas criações o considerado "moderno." Isto porque, só quando tais elementos são atrelados ao pensamento positivista, até mesmo de forma igualitária em escala de valor, pelo qual esse pensamento impulsiona a ação de tais mudanças, atribuindo ao novo um caráter supostamente verdadeiro, correto, bom e totalitário, será possível reconhecer uma obra "moderna", mesmo que essa própria obra no futuro seja transformada em algo novo e também "moderno." Assim, a mudança fará parte de uma "evolução", tal como ocorre nas ciências.

Portanto, da mesma forma que a ciência está mergulhada em verdades que em determinada época reinam como absolutas, até que em um determinado momento sejam substituídas por outras, resta demonstrar que o campo científico é cercado por incertezas e que, de fato, suas certezas são apenas representações temporárias, que levam à objetivação e à formação de conceitos. Desta forma, podem ser modificadas a qualquer momento, por serem representações efêmeras e fugidias, e a tentativa de racionalizá-los leva a um confronto sem ganhadores. O caráter "moderno" traz consigo tais características e, por consequência destas, é que a concepção de ciências, na Modernidade, possui papel importante na história, sobretudo na consolidação do modo de produção capitalista.

Com efeito, a utilização do discurso "moderno" como forma de favorecimento dos interesses do capital pode ser vista fortemente caracterizada na transição do modo de produção feudal para o modo de produção capitalista e, durante o capitalismo, na implantação do modelo fordista de produção. Em ambos, o discurso foi explorado, na tentativa de justificar a "eterna" necessidade do novo e de formar outra consciência no homem capaz de transformar e reestruturar a sociabilidade e a se próprio.

Contribuição Modernista no Início do Capitalismo

Cabe destacar que o período feudal foi marcado, entre outros aspectos, pela divisão do poder entre o senhor feudal e o clero, no qual o primeiro adquiria o domínio sobre os servos, por meio da propriedade privada, e o segundo por intermédio da religião que tinha o direito até mesmo de matar aqueles contrários a sua opinião, uma vez que estes eram considerados hereges pelo tribunal denominado de Santa Inquisição, que admitia a pena de morte. Pouco a pouco, todavia, a classe burguesa, no seio do regime feudal, vinha se contrapondo a essa ordem, com lutas, conquistando o seu pedaço de terra e formando as cidades que fugiam ao domínio dos senhores feudais.

Uma vez independentes, as cidades cresceram, fazendo com que a sua principal atividade, o comércio, se desenvolvesse, passando a adotar o dinheiro como mercadoria universal de troca. Nesse sentido, a universalização do dinheiro contribuiu para o término do sistema feudal, pois os senhores ostentavam riquezas, produzidas nas cidades e trocadas por dinheiro, fortalecendo o comércio. Esse comportamento fez com que se intensificasse a exploração sobre os camponeses, pois os senhores feudais passaram a cobrar a renda sobre a terra, principalmente na forma de dinheiro, produto de que o campesinato não dispunha facilmente, em razão da sua baixa produtividade, ocasionando conflitos entre os camponeses e os seus senhores, enfraquecendo ainda mais o poder feudal, fato registrado por Nikitin:

A exploração feudal intensificou-se posteriormente com a transferência para a renda em dinheiro, e a luta entre os senhores feudais e os camponeses tornou-se ainda mais acentuada. (1967, p. 26).

Outro aspecto de relevância era a necessidade de minar a resistência da Igreja, que também se beneficiava com o sistema, pois era detentora de boa quantidade de terra, motivo pelo qual também justifica a sua defesa ao feudalismo. Então, os burgueses, para se livrarem do poder ide-

ológico da Igreja, que se baseava na arbitrariedade, na exacerbação dos mitos, no misticismo e na intolerância das idéias contrárias aos seus interesses, atrelaram a necessidade de mudança ao pensamento modernista, dando-lhes, assim, maior liberdade para constituir uma nova sociedade – a capitalista – sem precisar manter qualquer vínculo com a anterior, uma vez que esta prejudicava o desenvolvimento da produção, objetivo crucial para os burgueses, agora também chamados de capitalistas. Esse esforço de trazer à tona novos conhecimentos que a então igreja procurava ocultar foi chamado de movimento iluminista. Como relata Harvey:

Embora o termo “moderno” tenha uma história bem mais antiga, o que Habermas (1983, p. 9) chama de *projeto* da modernidade entrou em foco durante o século XVIII. Esse projeto equivalia a um extraordinário esforço intelectual dos pensadores iluministas “(...) para desenvolver a ciências objetiva, a moralidade e a lei universais e a arte autônoma nos termos da própria lógica interna destas.” (1996, p. 24).

Do movimento iluminista pode-se extrair várias características importantes e inerentes ao Modernismo, que serviram de base para o desenvolvimento e o “progresso”, sobretudo para o salto na produção dado pelo capitalismo no período fordista, que precisou utilizar novamente o discurso de Modernidade, agora, na intenção de não mais trocar de sistema e sim modificá-lo. Sobre essas características Harvey comenta:

O pensamento iluminista (e, aqui, sigo CASSIER, 1951) abraçou a idéia do progresso e buscou ativamente a ruptura com a história e a tradição esposada pela modernidade(...) Na medida em que ele também saudava a criatividade humana, a descoberta científica e a busca da excelência individual em nome do progresso humano, os pensadores iluministas acolheram o turbilhão da mudança e viram a transitoriedade, o fugidio e o fragmentário como condição necessária por meio da qual o projeto modernizador poderia ser realizado. (1996, p. 23).

Fusão do Conceito Moderno com o Fordismo

A partir da discussão histórica até aqui implementada, vale ressaltar que, no fordismo, o caráter “moderno” vem para justificar e dar condições para as mudanças revolucionárias na produção, como também a exemplo do passado, quando o capitalismo, diante do avanço das forças produtivas, se utilizou desta lógica para dar suporte a um período de grande acúmulo monetário, momento no qual o trabalhador passou a receber salário em troca da sua força de trabalho, sendo, então, administrado pelo capitalista, que exige desse último todo um esforço para montar uma estrutura capaz de, não só manter, como também de desenvolver o sistema, conforme já comentado, quando mencionado acerca do papel dos iluministas na história.

O nome fordismo é inspirado em Henry Ford, que no seio de sua indústria iniciou uma reorganização produtiva a desencadear nova investida do capital - a chamada Idade de Ouro - nas décadas de 1950 e 1960. Esta revolução nas bases produtivas teve seu começo em 1914, de acordo com Gounet (1999), quando Ford estabeleceu a jornada de trabalho de oito horas, com cinco dólares como recompensa. Essa simples atitude foi capaz de desencadear grandes conseqüências no mundo do capital, sobretudo para os trabalhadores, aumentando ainda mais o estranhamento no ato laboral.

Com grande influência do taylorismo, segundo Harvey (1996), Henry Ford conseguiu racionalizar a produção e reduzir drasticamente o tempo necessário para a produção de um automóvel. Para isso, um operário, que antes produzia praticamente todo o automóvel, passou a só produzir parte dele, sendo regido por esteiras que ditavam o ritmo, levavam as peças a serem montadas e em seguida interligavam as partes para formar o todo, sem que o trabalhador ao menos tomasse conhecimento do que estava sendo montado em outro setor - a chamada linha de montagem. Essa divisão do trabalho originou precarização do trabalho e desqualificação dos trabalhadores, pois estes já

não precisavam de um conhecimento vasto em Mecânica, pois seu trabalho se reduziu a tarefas mais simples e de movimentos repetitivos. Em relação à redução do tempo de produção, diz Gounet:

A antiga organização da produção precisava de 12:30 horas para montar um veículo. Com o taylorismo, ou seja, apenas com o parcelamento das tarefas, a racionalização das operações sucessivas e a estandarização dos componentes o tempo cai para 5:50 horas. Em janeiro 1914, Ford introduz as primeiras linhas automatizadas. O veículo é produzido em 1:30 hora, ou seja, pouco mais de oito vezes mais rápido que no esquema artesanal usado pelos concorrentes. (1999, p. 19,20).

Desta feita, o fordista, uma vez comparado a outro modelo, apresenta a necessidade de absorver maior quantidade de trabalhadores. Essa característica fez com que tal modelo se diferenciasse dos demais e trouxesse várias contradições, como aquela em que Ford, segundo Harvey (1996), teve que aumentar para cinco dólares o dia de trabalho, correspondendo ao dobro do salário pago pelas concorrentes, atraindo vários trabalhadores e desfalcando as concorrências que precisavam de trabalhadores qualificados. Embora o trabalho passasse a ser mais desumano naquelas condições, os trabalhadores se submeteram em troca de melhor renda. Esse aumento só poderia ser dado graças a uma produção em massa, aliada a um consumo também em massa, previsto por Ford. Retrata Harvey:

O que havia de especial em Ford (e que, em última análise, distingue o fordismo do taylorismo) era a sua visão, seu reconhecimento explícito do que produção de massa significava consumo de massa, um novo sistema de reprodução da força de trabalho, uma nova política de controle e gerência do trabalho, uma nova estética e uma nova psicologia, em suma, um novo tipo de sociedade democrática, racionalizada, modernista e populista. (1996, p. 24).

Aos poucos, as indústrias norte-americanas passaram a adotar esse novo modelo econômico-produtivo, a princípio, como forma de sobrevivência para não serem extintas pelo modelo de Ford. Ocasionam-se, pois, segundo Harvey (1996), a expansão da produção nos EEUU, bem como a formação de uma sociedade democrática baseada no totalitarismo dos planejadores e do governo, na formação de uma elite corporativa, gerada por pensamentos positivistas encontrados em *Os Princípios da Administração Científica*, de F. W. Taylor, que mistura burocracia, tecnocentrismo e racionalismo rumo a um progresso linear, no qual as contradições entre trabalhador e patrão são controladas por medidas econômicas que visam a garantir a empregabilidade dos trabalhadores e o aumento da produção mediante de intervenções do Estado - o chamado Estado de Bem- Estar Social.

Na Europa, a "Modernidade" e o fordismo, em tal momento histórico, serão compreendidos como sinônimos. Tal modelo, contudo, só foi ser implementado logo após a Segunda Grande Guerra, sobre uma economia devastada que fazia necessário reconstruir as estruturas, tanto físicas quanto políticas, graças à fragilidade decorrente do conflito. Assim, também, a própria ameaça constante da antiga União Soviética em ocupar o restante da Europa com a sua política, e graças ao dinheiro investido pelos Estados Unidos na reconstrução da Europa, o que evidenciou a sua economia, levando rapidamente as indústrias locais a adotar o modelo fordista e o governo medidas totalizantes e de bem-estar social, a exemplo dos próprios Estados Unidos. Revela Gounet:

Depois da Segunda Guerra Mundial, o fenômeno prossegue. No quadro do Plano Marshal pela reconstrução da Europa ocidental com capitais americanos, numerosas missões de estudos européias analisam o sistema norte-americano de produção, ou seja, o fordismo. Este torna-se referência obrigatória da indústria automobilística. (1999, p. 21).

Cabe enfatizar o fato de que, no Japão, o fordismo encontrou grande dificuldade para a sua implementação *a priori*, em razão das políticas governamentais que protegiam as empresas nacionais, aumentando os impostos dos produtos derivados de multinacionais, e, posteriormente, com a derrota na Segunda Grande Guerra, que, embora facilitasse a entrada do referido modelo econômico no País, apontava obstáculos: o fordismo, por exemplo, exigia espaço para armazenar a produção e para aglutinar vários trabalhadores, mas, para um país como o Japão, que sofre falta de espaço físico, por ser um arquipélago bastante populoso, tornava o modelo fordista praticamente inviável para concorrer com os demais mercados.

Para o trabalhador, o fordismo pode representar um período marcado por contradições importantes, pois transforma o processo laboral em atividade extremamente repetitiva, alienante, sectária e desumana, ao ponto de o trabalhador chegar a não reconhecer o produto como fruto do seu trabalho. A respeito dessas mazelas vivenciadas pela classe trabalhadora no seio da produção, comenta Harvey:

Para começar, o estado das relações de classe no mundo capitalista dificilmente era propício à fácil aceitação de um sistema de produção que se apoiava tanto na familiarização do trabalhador com longas horas de trabalho puramente rotinizado, exigindo pouco das habilidades manuais tradicionais e concedendo um controle quase inexistente ao trabalhador sobre o projeto, o ritmo e a organização do processo produtivo. (1996, p. 123).

Por outro lado, o Estado de Bem-Estar foi responsável, durante duas décadas – a chamada Idade de Ouro – por uma enorme capacidade de absorção de empregos, conseqüentemente, também, pelo aumento da classe trabalhadora e o fortalecimento da consciência e luta de classes, por meio das representações e atuações sindicais. Estas, por intermédio da mobilização dos sindicatos e do movimento operário, conquistaram vários direitos traba-

lhistas, promovendo melhorias nas condições de vida dos trabalhadores.

Transição do Moderno para o Pós-Moderno

Com efeito, no âmbito da economia, gradativamente, pôde-se evidenciar o colapso do modelo taylorista/fordista de produção, que, de acordo com Chesnais (1996), ocorre entre 1974 – 1979. Referido esgotamento foi ocasionado por drástica redução do consumo da produção que, por sua vez, era resultado direto do desemprego estrutural.¹ Este fenômeno constituiu reflexo do investimento pesado em tecnologia, decorrente de um profundo processo de acumulação capitalista que revolucionou a base técnica da produção e desencadeou sua automação. Têm-se, destarte, o desemprego em massa e uma crise de superprodução como produtos finais da automatização. Acrescenta-se a esse quadro hostil a crise energética de 1973, decorrente do aumento do barril de petróleo, que elevou os preços dos seus derivados, afetando indiretamente as indústrias automobilísticas, que tiveram seus produtos “encalhados” nos pátios de suas empresas.

Os principais motivos atribuídos à crise, por Anderson (1995), foram o fato de a economia não ter se mantido estável por todos os tempos, bem como as intervenções do Estado teriam originado um controle no mecanismo de mercado, garantindo estabilidade nas leis da oferta e da procura, como também, na geração de empregos, promovendo baixos índices de desemprego, sem falar nos altos salários, garantias trabalhistas e melhorias sociais.

Tais fatores, para Antunes (2003), ensejam uma retração no mercado, pois aumentavam os gastos tanto do

¹ Índice de desemprego ocasionado pela perda de centralidade do trabalhador no ato laboral, em virtude da expansão tecnológica, sob a égide capitalista; fenômeno diferenciado dos índices de desempregados em outras fases de expansão do capital, por parecer irreversível e, portanto, de caráter estrutural, diante da nova organização social do trabalho.

Estado quanto dos grandes capitalistas, diminuindo a mais-valia e, assim, sem os desejados altos lucros dos detentores do capital, faltavam condições de investimentos na produção, provocando um processo inflacionário atribuído a esse suposto igualitarismo ensejado pelo keynesianismo e o solidarismo supostamente tão nocivos às leis naturais positivas. Adverte Anderson:

As raízes da crise, afirmavam Hayek e seus companheiros, estavam localizadas no poder excessivo e nefasto dos sindicatos e, de maneira mais geral, do movimento operário, que havia corroído as bases de acumulação capitalista com suas pressões reivindicativas sobre os salários e com sua pressão parasitária para que o Estado aumentasse cada vez mais os gastos sociais. (1995, p. 10).

Nesse sentido, para esse autor, os vilões foram o Estado Keynesiano do Bem-Estar, que detinha o poder e o controle do mercado, e os sindicatos que, nesse período, possuíam grande poder reivindicatório, juntamente com o movimento operário, o qual remava contra os interesses exploradores e nefastos dos capitalistas, em prol da sobrevivência de sua classe de explorados.

Nessa perspectiva, segundo Hayek (1990), o Estado deveria preparar medidas a fim de deixar o mercado livre e com maiores lucros para a retomada do crescimento. Por isso, far-se-iam necessárias, de acordo com Anderson (1995): a implementação de uma disciplina orçamentária que reduzisse drasticamente os gastos com bem-estar social, reformas fiscais que diminuíssem os impostos sobre os rendimentos mais altos e sobre a renda e, a medida mais covarde – o compromisso em garantir o aumento da taxa de desemprego – que, para os neoliberais, não só favoreceria o aumento da extração de mais-valia, como também desarticulava a força sindical. Afirma, ainda, Hayek:

(...) só conseguiremos vencer um período difícil como homens livres e capazes de escolher seu modo de vida se cada um de nós estiver pronto a obedecer às injunções desse ajustamento. (...) devem extinguir-se todas as rei-

vindicações a uma segurança privilegiada por parte de certas classes e desaparecer todos os contextos para se permitir que determinados grupos, no intuito de manterem um padrão especial e exclusivamente seu, impeça os novos concorrentes de participar na sua relativa prosperidade. (1990, p. 190).

Como se viu, diante da lógica neoliberal, as soluções viriam por intermédio de mudanças que gerassem a retomada da desejada desigualdade. Assim, para alcançar tal objetivo, era preciso mudar o modelo de Estado, por ser este o principal norteador político gerador da suposta igualdade ocasionada pelo keynesianismo. O novo Estado, voltando a Anderson(1995), deixaria de ser intervencionista nas questões do mercado, mas forte e duro na contenção das investidas sindicais, tanto nas questões trabalhistas quanto sociais, a fim de alcançar grandes reduções de gastos, como também exercer a função de controlador do dinheiro.

Tal fenômeno acontece aliado ao que Chesnais (1996) convencionou denominar de "mundialização do capital:" têm-se o aumento das transações financeiras em relação às mercadorias reais e o próprio crescimento da concentração do capital, agora não mais pela produção e sim graças a fusões de empresas e,

(...) o capitalismo parece ter triunfado e parece dominar todo o planeta, mas os dirigentes políticos, industriais e financeiros dos países do G7 cuidam de se apresentarem como portadores de uma missão histórica de progresso social. (CHESNAIS, 1996, p. 14).

Na produção das mercadorias reais, um novo modelo de produção surgiu em meio à crise, trazendo soluções aos problemas decorrentes da superprodução fordista. Trata-se do modo de produção toyotista desenvolvido no Japão, que trouxe consigo inovações que também iriam revolucionar toda a estrutura produtiva do capital, ocasionando significativas mudanças na constituição da sociabilidade humana.

Tais mudanças não podem ser atribuídas a um pensamento moderno, considerando momentos anteriores, pois se diferenciam em sua essência, apesar de que também trazem em si o legado da justificativa e da necessidade de criar o novo. Então, estamos diante de um novo paradigma que poderá dar continuidade ao desenvolvimento do sistema capitalista, conhecido na literatura como pensamento pós-moderno.

Pós-Modernismo e Acumulação Flexível

Como vimos, na segunda metade do século XX, o capitalismo se apresentava enfraquecido e as idéias modernistas pareciam não mais atender as necessidades de sua época, pelo contrário, agravavam-se, pois sua tendência à universalização, ao eterno e às coisas imutáveis levaram a uma produção verticalizada, hierárquica e burocrata, que se sustentava em governos totalitários e populistas, uma das possíveis razões da crise.

Então, o reconhecimento do movimento pós-moderno ocorre na medida em que ele se apresenta como uma crítica e, sobretudo, sendo o oposto ao mesmo. Embora o considere o fugidio, o efêmero e o caos como elementos que possibilitam a mudança, assemelhando-se assim ao Modernismo, ele trata estes elementos sob outra óptica, diferenciando-se por completo do Modernismo. Como bem explica Harvey:

Começo com o que parece ser o fato mais espantoso sobre o pós-modernismo: sua total aceitação do efêmero, do fragmentário, do descontínuo e do caótico que formavam uma metade do conceito baudelairiano de modernidade. Mas o pós-modernismo responde a isso de uma maneira bem particular; ele não tenta transcendê-lo, opor-se a ele e sequer definir os elementos "eternos e imutáveis" que poderiam estar contidos nele. (1996, p. 49).

Para ilustrar e entender melhor o sentido da Pós-Modernidade, retornaremos ao Japão, que, sem dúvida, foi pal-

co de um dos maiores exemplos pós-modernos, capaz de influenciar e transformar a sociabilidade humana, mediante da centralidade do trabalho mediada pela produção de riquezas materiais.

O modelo toyotista de produção foi assim chamado por ter sido desenvolvido em uma das montadoras automobilísticas japonesas de nome Toyota. Esta fábrica, para sobreviver, teve que superar, além da recessão pós-guerra, a concorrência norte-americana e a própria geografia, que se tornou um problema para a implementação do modelo fordista que era referência, até então, nos países desenvolvidos.

Foi combinando patriotismo e necessidade que a Toyota mobilizou seus trabalhadores no pós-guerra, na tentativa de superar a produção norte-americana. Sabendo do esforço que seria exigido de todos os seus trabalhadores, essa empresa, ao adaptar o modelo fordista às condições japonesas, criou outro modelo, que se sustenta na flexibilização da produção, do trabalho e do trabalhador e na idéia do tempo justo (just-in-time).

A produção precisava ser flexível, porque tanto a grande quantidade de carros estocados quanto a absorção de enormes números de trabalhadores no interior das fábricas, tão necessários no fordismo, se tornou um problema, em virtude da necessidade de grandes espaços para guardar todo o estoque e acomodar os trabalhadores, do que o Japão não dispõe, por ser um arquipélago. Com a flexibilização, acabou a produção em grandes séries de modelo único, cedendo lugar à produção de vários modelos em pequenas séries. Como ressalta Gounet:

A produção é puxada pela demanda e o crescimento, pelo fluxo. No sistema fordista, a meta era produzir o máximo, em grandes séries. Vender era tarefa do departamento comercial. No Japão isso não é rentável. É preciso produzir muitos modelos, cada um em pequena quantidade, e é a demanda que deve fixar o número de veículos de cada modelo. (1999, p. 26).

Para tornar rentável, no entanto, a produção de vários modelos sem perder tempo e qualidade no produto, a Toyota organiza sua produção também de forma flexível, pois só se produz e só se estoca o necessário; ou seja, se produzir um modelo de carro, é sinal que tem mercado e ele está em falta. Para fabricá-lo, cada peça deste é retirada do estoque de reserva que, por sua vez, só será repostado na mesma proporção. O estoque de reserva é produzido por empresas terceirizadas, responsáveis pela qualidade dos produtos repassados e situadas próximo das fábricas, facilitando o transporte, diminuindo o problema da estocagem, além de reduzir os custos, pois diminui a quantidade de trabalhadores nas fábricas, reduzindo os gastos com salários.

O trabalho flexível, desta forma, proporcionou ao trabalhador uma relação integrada entre as várias máquinas a serem manuseadas por ele ou pelo companheiro, contrastando com o antigo modelo, no qual o trabalhador exercia o seu papel mediante ritmo imposto pela máquina, relacionando-se apenas com a própria máquina. Em consonância com Gounet:

(...) o trabalho não é mais individualizado e racionalizado conforme o taylorismo; é um trabalho de equipe; a relação homem-máquina torna-se a de uma equipe de operários frente a um sistema automatizado; em segundo lugar, o trabalhador deve tornar-se polivalente para operar várias máquinas diferentes em seu trabalho cotidiano, mas também para poder ajudar o colega quando preciso. (1999, p. 27).

Considerações Finais

Se tomarmos como base os trabalhadores, é possível perceber que, durante o fordismo, eles conseguiram se organizar em sindicatos, mantendo a classe, na medida do possível, unida, garantindo conquistas trabalhistas no confronto da luta classista. Em contrapartida, trabalhavam como

se fossem máquinas, exercendo movimentos repetitivos e simples, como se o mundo do trabalho não fizesse parte de sua vida e esta só começasse logo após o ato laboral.

No modelo toyotista, o quadro parece se inverter, ao que supostamente indica que o ato laboral se “humaniza”, pois o trabalhador tem que se relacionar com o outro, tomar decisões, dirigir máquinas, “qualificar-se”, ser responsável, entre outros aspectos.² Isto torna, de acordo com tal discurso, sujeito de parte da produção em vez de mero coadjuvante. Já fora do trabalho a flexibilidade enseja insegurança, em virtude das mudanças de mercado, que podem provocar demissões a qualquer momento, além da concorrência direta dos excluídos do mundo do trabalho. Diante dessa lógica, o aumento do contingente de desempregados produz uma reserva capaz de competir com os já empregados, como já denunciava Marx:

A economia nacional considera a força de trabalho abstratamente como uma coisa; a força de trabalho é uma mercadoria: se o preço é alto, a mercadoria é muito procurada: se é baixo, a mercadoria é muito oferecida; como mercadoria a força de trabalho deve baixar cada vez mais o preço: o que força a isso é em parte a concorrência entre capitalista e trabalhador, e em parte a concorrência entre trabalhadores. (1890, p. 33 e 34).

Neste mesmo contexto, os trabalhadores foram desarticulados pelo individualismo promovido pela instabilidade, fazendo com que o ócio fosse ocupado pela busca da eterna qualificação, presente no discurso de exigência do mercado que está em eterna mudança no mundo pós-moderno; e aos ataques à estrutura sindical, cujos líderes, fragilizados, fizeram dos trabalhadores presas fáceis, submetendo-se a uma carga horária elevada, com base em horas extras e redução de salário, tendo como o único intuito a garantia da continuidade do emprego.

² Fato questionável, uma vez que, segundo Antunes (2003), o que se evidencia na chamada “era da acumulação flexível” são a precarização das relações trabalhistas e o aumento do sobretrabalho.

Assim, podemos concluir que, para o trabalhador, a passagem do mundo moderno para o pós-moderno foi cercada de grandes perdas trabalhistas, podendo ser caracterizado como um momento de retrocesso para a classe.

Referências Bibliográficas

ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho*. 6 reimpressão. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

CHESNAIS, François. *Mundialização do capital*. Tradução Silvana Finzi Foá. São Paulo: Xamã, 1996.

GOUNET, Thomas. *Fordismo e toyotismo na civilização do automóvel*. Tradução de Bernardo Joffily e Adir Aparecida Juliano. São Paulo: Boitempo, 1999.

HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. Tradução de Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. 6. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

HAYEK, Friedrich August. *O caminho da servidão*. Tradução e revisão de Ana Maria Capovilla, José Ítalo Stelle e Liane de Moraes Ribeiro. 5. ed. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1990.

MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. Livro Primeiro – O Processo de Produção do Capital – v. 1. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S.A., 1890.

NIKITIN, P. *Fundamentos de economia política*. Tradução de A. Veiga Fialho. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S.A., 1967.

SADER, Emir; GENTILI, Pablo et al. (Org.). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.